

A ANÁLISE DE INADIMPLÊNCIA EM RELAÇÃO AO PIB BRASILEIRO ENTRE O PERÍODO DE 2006 E 2016

José Augusto Mendes Gonçalves Júnior¹

André Frazão Teixeira²

Resumo: O Produto Interno Bruto – PIB é um dos instrumentos de medição da economia de um país sendo considerada uma forma de avaliação do crescimento econômico e do potencial de investimento do mesmo. Dentre as diversas relações possíveis de serem estabelecidas para os números do PIB, deve-se considerar a taxa de inadimplência do país como uma interferência neste índice. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o impacto da inadimplência no crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil no período de 2006 a 2016. Através de uma pesquisa bibliográfica e de acesso a dados oficiais das referidas taxas e índices propostos pelo trabalho foi possível identificar diversos aspectos relevantes sobre a problemática, os quais se encaixam na necessidade de aprofundamento como as fórmulas de cálculo do PIB, por exemplo. Analisando o período os números referentes à taxa de inadimplência e ao PIB do mesmo período, foi observado que mesmo com o crescimento deste último a taxa de inadimplência se encontrava elevada, ao passo que diminuiu em períodos de recessão ou estagnação do PIB, o que possibilitou a conclusão de que em períodos de baixa do Produto Interno Bruto os indivíduos tendem a quitar suas dívidas em consideração a oferta de melhores condições de negociação, interferindo diretamente no crescimento do PIB.

Palavras-chave: Cenário Macroeconômico, Inadimplência, PIB.

Abstract: The Gross Domestic Product - GDP is one of the instruments of measurement of the economy of a country being considered a form of evaluation of the growth and the investment potential of the same. Among the various relations that can be established for GDP numbers, one should consider the country's default rate as an interference with this index. This research aimed to analyze the impact of default on the growth of Brazil's Gross Domestic Product from 2006 to 2010. Through a bibliographic search and access to official data of the rates and indices proposed by the work it was possible to identify several aspects relevant to the problem, which fit the need for deepening such as the GDP calculation formulas, for example. Looking at the year-over-year delinquency rate and GDP figures for the same period, it was observed that even with the latter's growth, the delinquency rate was high, while it declined in periods of recession or stagnation of GDP. It was possible to conclude that in periods of low Gross Domestic Product individuals tend to settle their doubts considering the offer of better trading conditions, directly interfering GDP growth.

Keywords: Default, GDP, Economy.

¹ Graduando em Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Amazonas.

² Prof. Doutor da Universidade do Estado do Amazonas.

1. INTRODUÇÃO

A análise da atividade econômica de um determinado país é uma das avaliações de maior importância quando se trata da identificação da situação do mesmo, suas limitações e potencialidades, sendo que os resultados devem ser utilizados como parâmetro de intervenções econômicas.

Neste contexto, uma ferramenta que se destaca como meio de mensuração deste aspecto de um país é o Produto Interno Bruto – PIB. De acordo com Degenhart, Voght e Hein (2014), o PIB pode ser definido como um dos indicadores de maior relevância para a avaliação do potencial de um território, sendo possível sua utilização tanto na macroeconomia quanto na economia de pequeno porte, ou seja, deve ser uma análise tanto para países, quanto estados e municípios.

No Brasil, o PIB do ano de 2018 foi de R\$ 6,8 trilhões, sendo que no segundo trimestre do ano de 2019 o valor alcançou R\$ 1.780,3 bilhões, sendo que o Amazonas é responsável por apresentar o valor identificador deste indicador foi de R\$ 89.017 milhões neste mesmo período (IBGE, 2019).

O estudo mais aprofundado da atividade econômica de um país também conta com uma série de outros fatores, como as taxas de inadimplência, sobre as quais Daros e Pinto (2017) afirmam que a quantidade de pessoas com dívidas em atraso também deve ser considerada como um meio de avaliação da economia, uma vez que os valores em atraso estagnam economicamente o país. Tal relação é possível de ser observada quando os números de inadimplência se mostram maiores quando a economia encontra-se em crise, o que impacta de forma direta na saúde econômica de uma país.

A taxa de inadimplência no Brasil no ano de 2019, no primeiro semestre, aumentou cerca de 3,2%, ou seja, até a data informada cerca de 63 milhões de brasileiros encontravam-se inadimplentes (SERASA, 2019).

O estabelecimento da relação entre a inadimplência e o Produto Interno Bruto de um país se mostra de extrema relevância principalmente para a comparação do potencial econômico do mesmo, e no Brasil esta necessidade se torna ainda mais eminente quando se avalia a situação do país no que tange as atividades econômicas. Este estudo também se justifica pela contribuição a formação acadêmica e aprimoramento de profissionais das áreas ligadas à economia, se apresentando inclusive como base de desenvolvimento de mais trabalhos analíticos da economia brasileira (SILVA; ZILBERMAN, 2018).

Neste sentido, este estudo tem como objetivo principal analisar o impacto da inadimplência no crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil. Para tanto foram estipulados como objetivos específicos: identificar o conceito de Produto Interno Bruto e inadimplência; apresentar a série histórica do PIB e de inadimplência nacional entre 2006 a 2016; e analisar a contribuição da inadimplência para a estagnação do Produto Interno Bruto no Brasil, conforme retratado na metodologia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Anterior ao levantamento mais detalhado do Produto Interno Bruto e das taxas de inadimplência no país, bem como a interligação entre ambos, faz-se importante a compreensão inicial do contexto histórico em que estes dados passaram a ser identificados, bem como o reconhecimento conceitual deles, e suas peculiaridades.

O primeiro conceito a ser estudado concerne ao do Produto Interno Bruto, também reconhecido pela sigla PIB, o qual é bastante popularizado pela sua divulgação anual e importância para o acompanhamento da evolução econômica do país, sendo o mesmo um dos fatores de crescimento ou não do Brasil.

Sobre o Produto Interno Bruto, a definição oficial trazida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística define este indicador como a totalização da soma de bens e serviços finais devidamente produzidos por um país em um determinado período, geralmente em um ano, sendo possível sua mensuração nos estados e municípios, o que demonstra a importância dos dados em separado e no total (IBGE, 2019).

Ainda como conceituação do PIB, Barros e Castro (2017) afirmam que tais valores são medidos em conformidade com o preço que atinge o consumidor final, sendo de suma importância para medir a produção do país e não como um indicador de riqueza, e que sua elevação ou diminuição representam a fluidez da economia de um determinado país.

Nota-se assim que a definição de PIB se apresenta como uma apresentação da totalidade de valores de produção no país seja pelos bens produzidos ou pelos serviços prestados. Torna-se salutar afirmar que os valores são considerados de acordo com o que é entregue aos consumidores, ou seja, no caso da produção do pão, os valores calculados são do produto pronto para o consumo, e não a somatória da farinha de trigo e dos demais ingredientes, mas sim do que estes produzem.

Um dos aspectos pertinentes para tal compreensão acerca do PIB é a identificação das duas vertentes do PIB, a real e a nominal. Segundo Silva, Martins e Neder (2016), o PIB Real

é aquele em que este indicador é calculado de acordo com o valor constante dos bens e serviços durante o período determinado, em geral o ano vigente. Já o PIB Nominal é definido por Santos (2017) como o achado dos cálculos de bens e serviços pelos preços atuais no momento da medição. Também é importante citar o PIB per capita, o qual se define pelo indicativo de produção de cada habitante do perímetro avaliado (SPOHR, FREITAS, 2011).

Os tipos de PIB que suas denominações são derivadas do tipo de cálculo que pode ser feito, sendo importante salientar que esta divisão não interfere na soma total do indicador, uma vez que ao final do processo de identificação do PIB o valor total, independente do tipo e período de cálculo, é que deve ser considerado. Cristina (2009) afirma que a aferição deste índice depende da relação entre diversos outros quantitativos, sendo alguns destes fornecidos pelo próprio IBGE e outros de fontes externas, como o Banco Central, Receita Federal e a Fundação Getúlio Vargas.

Porém o PIB per capita se mostra de suma importância para a avaliação da produção no âmbito individual no país, uma vez que se apresenta como uma das variáveis de possível mensuração do capital gerado pelas pessoas no Brasil.

De acordo com o IBGE (2019) dentre os dados utilizados como base de cálculo do PIB é possível destacar a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), Balanço de Pagamentos (Banco Central), Pesquisa Anual do Comércio (PAC), Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), Pesquisa Anual de Serviços (PAS), Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Declaração de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

Observam-se assim as bases de cálculo do PIB se mostram diversas principalmente no que tange as fontes que são consultadas, o que se mostra determinante para a amplitude dos dados e principalmente a seriedade do processo de identificação deste índice, uma vez que são notadas bases de cálculos desde o orçamento familiar até a produção industrial, perpassando por índices de consumo e produção agrícola.

Em relação à metodologia de medição são identificadas duas formas de cálculo: pela ótica de oferta e pela ótica da demanda. De acordo com Périco (2009), a fórmula que mede o PIB através da ótica da oferta considera todo o tipo de produção, desde o produto final vendido até a produção de indústrias e serviços, ao passo que a visão de demanda contabiliza o consumo total das famílias, bem como gastos públicos e investimentos realizados no setor privado ou na administração pública.

Nota-se que as metodologias de cálculo do Produto Interno Bruto no Brasil seguem duas linhas que se diferem pela base de dados a serem calculados, sendo a primeira originada por tudo que é produzido no país sejam bens ou serviços, ao passo que a segunda forma considera o que é devidamente consumido pelos indivíduos, sendo que ambas devem ser contabilizadas com a mesma importância para a identificação do PIB, considerando inclusive dados peculiares a estas como forma de identificação de possíveis problemáticas nas regras de oferta e demanda questões estas que podem ser observadas em razão dos achados destes cálculos.

No que tange a inadimplência, Zaniboni (2013) afirma se tratar, em linhas gerais, do não cumprimento de uma obrigação financeira, ou seja, determinado indivíduo ou instituição não efetiva o pagamento de bens e serviços no prazo determinado. Para Akiana (2008) a inadimplência também pode ser denominada de risco de crédito, sendo possível ainda sua avaliação sob três elementos: Probabilidade de default ou probabilidade de inadimplência, Perdas efetivas em função de um evento de inadimplência e Valor da exposição no momento do evento de inadimplência.

Nota-se nas definições de inadimplência que a mesma não se restringe somente ao não pagamento de obrigações financeiras, mas que tem um impacto considerável nas análises e na concessão de crédito, bem como interferem diretamente no poder de aquisição e no endividamento dos indivíduos.

A inadimplência é medida por órgãos de proteção ao crédito desde 1955 através do Serviço de Proteção ao Crédito – SPC e do Serasa, os quais têm como finalidade de relacionar as informações de pessoas que estejam inadimplentes com empresas e órgãos bancários, sendo utilizada para consulta de possíveis credores, apresentando informações para monitoramento e liberação de crédito (CHAVES, 2015).

A medida de inadimplência é reconhecida como taxa de inadimplência, a qual se configura no total percentual de todas as operações que se encontram em atraso em um período superior a 90 dias, servindo com integrante dos dados de cálculo de estatísticas analisadas e compiladas acerca do crédito (CATTANI, 2018).

Dentre os aspectos pertinentes à inadimplência, é possível citar ainda as consequências comuns a estes casos. De acordo com Moraes, Carneiro e Matos (2018), quando uma pessoa ou empresa se encontra em estágio de inadimplência os impactos se dão de ordem financeira, com a restrição a créditos e acesso a financiamentos e empréstimos, o que ocasiona a estagnação do consumo e da economia.

Observa-se assim que a inadimplência se mostra de suma importância para a economia ao ponto de ser considerada a necessidade de seu controle e mensuração através de órgãos criados justamente para tais finalidades, uma vez que os mesmos são responsáveis pela identificação de pessoas que estejam na situação de não quitação de débitos e informam para bancos e empresas, dados estes que auxiliam na redução de prejuízos para estas instituições.

A importância da identificação das taxas de inadimplência em um país se mostra de suma importância para a avaliação do potencial dos indivíduos no que tange ao poder de compra e a disponibilidade de crédito que o país tem, uma vez que com as taxas de inadimplência elevadas às chances de crescimento diminuem.

Os resultados do Produto Interno Bruto e das taxas de inadimplência no Brasil, em especial os determinantes para estudo, se configuram, de acordo com Nishikawa (2014) como uma das formas de reconhecer o crescimento do país, assim como o potencial de crédito do mesmo. Segundo Lourenço (2018) a relação entre o crédito, ou a falta do mesmo em decorrência da inadimplência, e os resultados do Produto Interno Bruto se mostra como uma das ferramentas de avaliação da segurança do mercado para investir no país.

De acordo com Tiryaki (2017)

[...] existe uma relação pro cíclica entre o Produto Interno Bruto (PIB) e inadimplência: durante as expansões na atividade econômica, a inadimplência tende a crescer, enquanto, nas recessões, ela tende a se retrair. Este efeito é atribuído à defasagem temporal, bem como ao alargamento de prazos e aumento na concessão de crédito durante o aquecimento da atividade econômica (p. 8)

Observa-se nesta colocação que a inadimplência se relaciona diretamente com o crescimento ou recessão do crescimento econômico, uma vez que quando a atividade econômica cresce nota-se que a inadimplência, que deveria diminuir, cresce, ao passo que em períodos de recessão ou estagnação esta diminui uma vez que são observadas questões como possibilidade de crédito e aumento de prazos para o pagamento das dívidas.

Para Reis e Alves (2015), diversos fatores intensificam os resultados da relação estabelecida entre a inadimplência e o PIB, dentre eles o desemprego, quitação de dívidas e consumo, os quais impactam de forma direta nesta relação e podem contribuir para a observância tanto do crescimento do PIB, quanto na redução da taxa de inadimplência.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2016) a análise de indicadores como o PIB e as taxas de inadimplência é uma forma de mensurar a de que forma os valores que são injetados na sociedade são gastos, e principalmente qual o retorno

destes investimentos, uma vez que, caso sejam utilizados para o pagamento de dívidas ao invés do consumo serão sentidos impactos no crescimento do PIB.

Marins e Neves (2013) citam a ainda a relação entre o PIB e a inadimplência corporativa. De acordo com os autores a relação estabelecida entre ambos demonstra uma série de aspectos negativos, uma vez que o não cumprimento das obrigações financeiras impacta diretamente no crescimento do PIB brasileiro, considerando ainda os índices de inflação.

Para Freitas, Junior e Seydi (2017), o desemprego, em geral originado pela demissão de funcionários de comerciantes inadimplentes, contribui para que o poder de compra diminua, originando uma crise no crescimento do país, o que serve de propulsor para o estabelecimento de um ciclo vicioso, em que a inadimplência gera desemprego, que, por conseguinte gera mais inadimplência, findando na estagnação da economia e no crescimento do PIB.

Segundo Carvalho (2017), outro aspecto pertinente à discussão entre inadimplência e PIB é o tamanho da dívida pública. Para os autores, o montante da dívida pública brasileira corresponde a mais de 50% do Produto Interno Bruto, este índice serve de avaliação do risco de investimento no país.

Neste sentido, é de suma importância a observação de que a taxa de inadimplência do Brasil pode interferir de forma direta ou indireta no PIB do país, uma vez que sem o poder de compra ou com o destino de valores para a quitação de dívidas, o Produto Interno Bruto não apresenta crescimento e por conseguinte impacta na economia nacional.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 TIPO DE ESTUDO

O tipo de pesquisa escolhido para tal estudo foi o de natureza básica, com a especificidade de ser não experimental, sendo de fundamental importância que o pesquisador não interaja diretamente com o objeto estudado, resumindo sua atuação na observação, análise e registro de dados, bem como estudo e correlação entre estas, sendo cerceada a manipulação destes dados, segundo Lakatos e Marconi (2017).

Neste tipo de estudo o pesquisador não tem qualquer interferência nos dados, podendo sim estabelecer parâmetros de comparação para análise de uma problemática proposta, mas sem qualquer possibilidade de alteração dos mesmos.

3.2 LOCAL DO ESTUDO

O tipo de procedimento realizado foi a pesquisa de caráter bibliográfico e documental, a qual se caracteriza de acordo com Lakatos e Marconi (2011, p. 42), como em um “[...] levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto [...]”.

Observa-se que este tipo de procedimento e a forma de condução do estudo apontam para a necessidade de identificação do que já fora estudado e documentado acerca da problemática, reconhecendo assim a importância em compreender a visão de estudos pré-realizados e principalmente a veracidade dos dados oficiais apresentados.

3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

As publicações que datam de 2006 a 2019 foram incluídas como base bibliográfica, como livros, revistas e pesquisas, sendo estas em língua materna e inglesa, devidamente publicadas e indexadas, sendo excluídas as que não condisseram com os objetivos da pesquisa.

Faz-se imperativo que as pesquisas devem ser apresentadas em conformidade com estes critérios sob a justificativa de identificação de muitos dados que não se enquadram neste perfil, fugindo em alguma instância do que se propõe a pesquisa em si.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para a pesquisa de publicações foram procuradas as seguintes palavras-chave: “Inadimplência”, “PIB”, “Economia”. De posse das publicações mais atuais sobre as temáticas foi realizado o aprofundamento na identificação de conceitos e referências, seguida da correlação entre os mesmos.

A análise dos dados ocorreu de forma a correlacionar as taxas do PIB e as taxas de inadimplência no período escolhido, observado as possíveis relações entre ambas como forma de compreender quais impactos podem ser sentidos em algum destes indicadores. Os dados analisados são através de número constantes, utilizando a regressão com forma de análise,

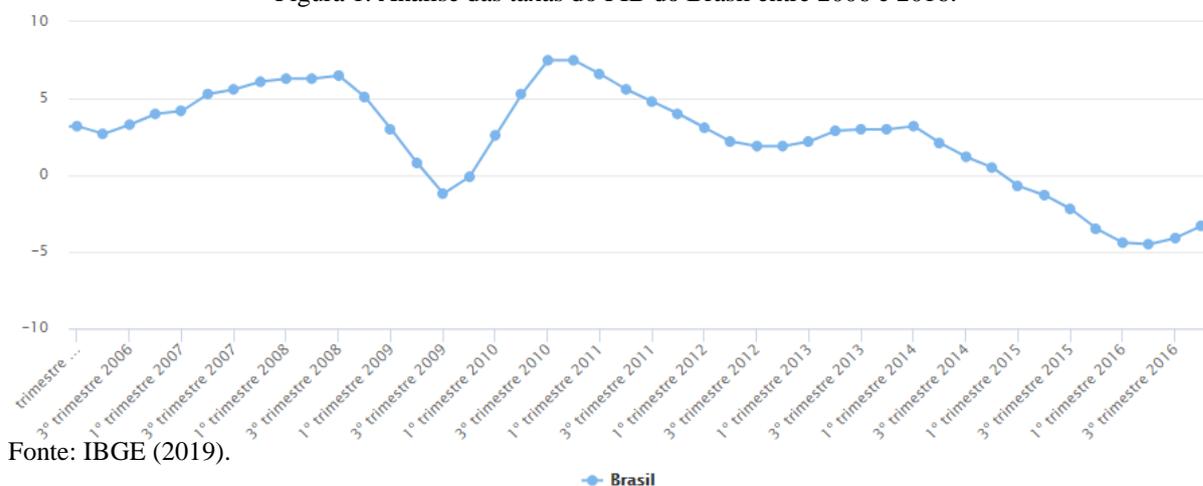
uma vez que é necessária uma avaliação de relação entre variáveis dependentes e independentes.

Nota-se que a pesquisa pertinente a estes termos aponta para uma diversidade de conceitos e referências, sendo de suma importância que os mesmos estejam em conformidade com os objetivos propostos pela pesquisa, uma vez que tais achados serão base para o aprofundamento e relação entre os mesmos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O primeiro dado identificado condiz com a série histórica do Produto Interno Bruto brasileiro entre 2006 e 2016, em valores constantes, sendo importante inclusive a apresentação da evolução dos dados por trimestre em cada ano, uma vez que tal informação mais detalhada possibilita da visualização da fluidez das taxas no decorrer dos trimestres, conforme Figura 1.

Figura 1. Análise das taxas do PIB do Brasil entre 2006 e 2016.



É possível observar nos dados identificados na série histórica do PIB entre os anos de 2006 e 2016 que os resultados do Produto Interno Bruto oscilaram em todos os anos, sendo possível destacar a maior elevação no terceiro trimestre de 2010, ao passo que o menor valor se encontra no segundo semestre de 2016.

Outra análise possível é que entre os anos de 2006 e o terceiro trimestre de 2014, o PIB brasileiro se manteve em alta, com exceção do terceiro trimestre do ano de 2009, sendo que a partir do primeiro trimestre de 2015 seguiu em baixa até o último período avaliado, ou

seja, apesar da queda percebida em 2009, o Produto Interno Bruto se manteve em alta na maior parte do período citado.

Estes achados identificados e sua fluidez nos períodos citados podem ser analisados em conformidade com o apresentado por Barros e Castro (2017) uma vez que tais informações podem contribuir para a avaliação do mercado e da economia do país, demonstrando em que instância podem ocorrer investimentos no mesmo, assim como apontam para sua saúde financeira.

Pode ser observado que, em conformidade com o apresentado por Spohr e Freitas (2011), os resultados do Produto Interno Bruto entre 2006 e 2016 demonstram a contribuição de cada indivíduo para os índices do PIB geral do país, uma vez que apresentam qual o valor de cada pessoa na soma geral deste indicativo.

Assim, foi possível notar que o PIB per capita acompanha os resultados do PIB geral, o que demonstra o quanto a participação de cada pessoa na construção do montante, sendo ambos indicadores de suma importância para análise da vida econômica de um determinado país.

Foi notado que além do Produto Interno Bruto, outro aspecto de que deve ser considerado é a taxa de inadimplência, uma vez que este é um indicador das possibilidades de compra e financiamentos, além de se apresentar como uma forma de medir qual o impacto destas consequências no crescimento do Produto Interno Bruto.

Os achados pertinentes às taxas de inadimplência no período proposto por esta pesquisa apontam, de forma igualitária para uma flutuação do não pagamento das obrigações financeiras no país.

A análise da variação em relação aos anos anteriores no que tange à inadimplência demonstra a importância desta taxa. No ano de 2006, em comparação ao ano anterior, a inadimplência teve uma elevação, porém em relação ao ano de 2014 a subida demonstrou menor, o que já se apresenta como favorável. Já no ano de 2007 a elevação foi de 1,7% o que demonstrou um caminho para a estabilidade. No ano de 2008 a inadimplência voltou a crescer oito pontos percentuais em relação a 2007, impulsionada pelo endividamento com bancos. Em 2009 o crescimento em relação a 2008 apresentou uma queda, porém notável, atingindo 5,9%.

Em 2010, na comparação ao ano de 2009, o crescimento da inadimplência foi de 6,3%, ao passo que em 2011 o aumento despontou para mais de 22% em relação ao ano de 2010. No ano de 2012, o aumento foi de 15% ainda apontado pelo endividamento da população, enquanto que em 2013 notou-se a primeira queda do índice de inadimplência com um total de -2%. Já em 2014 o índice voltou a crescer 1,1% em relação ao ano anterior. No ano de 2015

novamente a inadimplência volta a crescer, atingindo 15,8% em relação à 2014. E por fim no ano de 2016, a variação em relação ao ano de 2015 houve um aumento.

Assim como os dados do PIB e das taxas de inadimplência, são de suma importância a comparação dos números do Produto Interno Bruto e os valores da inadimplência no período em que este estudo se propõe, uma vez que tais dados servem de base para a posterior análise e correlação.

No ano de 2006, o Produto Interno Bruto do Brasil teve um aumento de cerca de 4,0% em relação ao ano de 2005, totalizando R\$ 2,37 trilhões, sendo o PIB per capita de R\$ 12.688. Em relação à inadimplência no mesmo período, que foi de 10,3% em relação ao ano anterior, porém já sinalizando uma redução quando se observa os valores identificados em 2004 (IBGE, 2007). Sobre o ano de 2007, o PIB atingiu 5,4% de crescimento em relação a 2006, alcançando R\$ 2,7 trilhões, com per capita de R\$ 14.183,11, enquanto que o número de brasileiros inadimplentes foi de 60,6 milhões (IBGE, 2008).

Em 2008 a taxa de inadimplência voltou a crescer para 8% em comparação ao ano de 2007, e o PIB atingiu 5,1% com um total de R\$ 2,9 trilhões, com per capita de R\$ 15.989,75 (IBGE, 2009). No ano de 2009 o número de inadimplentes no país teve uma queda de 14,9% durante todo o período, e o PIB também apresentou queda de 1,2% alcançando uma per capita de R\$ 16.414,00 (IBGE, 2010). Em 2010, o Produto Interno Bruto nacional alcançou R\$ 3,6 trilhões, com crescimento de 7,5%, e per capita de R\$ 19.016 e a taxa de inadimplência em 6,3% (IBGE, 2011). No ano de 2011 a inadimplência alcançou 21,5%, enquanto que o PIB chegou a 2,7% em relação a 2010, com per capita de R\$ 21.252 (IBGE, 2012).

O ano de 2012 teve PIB de 0,9% maior que o ano passado, com per capita no mesmo nível que o anterior, e a taxa de inadimplência em 15% (IBGE, 2013). Já em 2013, a taxa de inadimplência foi de 15%, e o PIB apresentou crescimento de 2,3% em relação ao ano de 2012 com PIB per capita de R\$ 24.065 (IBGE, 2014). Em 2014 o PIB brasileiro teve um crescimento de 0,5% em relação ao ano de 2013, com PIB per capita de R\$ 28.498, e a taxa de inadimplência deste ano foi de 6,3% (IBGE, 2015).

No ano de 2015, a taxa de inadimplência cresceu 3,76%, já o Produto Interno Bruto sofreu uma contração de 3,8% em relação a 2014, com per capita de R\$ 28.876 (IBGE, 2016). Em relação ao ano de 2016, o PIB permaneceu em queda de 3,6% no que se compara ao ano anterior, com Produto Interno Bruto per capita de R\$ 30.407, enquanto que a taxa de inadimplência em processo de desaceleração (IBGE, 2017).

Observa-se que a relação entre a taxa de inadimplência nos períodos estudados obedeceu ao que foi preconizado por Tiryaki (2017), uma vez que em épocas de crescimento

do PIB foi observado um crescimento da referida taxa, ao passo que em épocas de recessão a mesma diminuiu.

CONCLUSÃO

A análise sobre a relação entre os resultados alcançados pelo Produto Interno Bruto e a taxa de inadimplência no Brasil aponta para a necessidade de compreensão de diversos fatores que estão associados a esta relação, partindo inicialmente do levantamento conceitual destas duas ferramentas de medição da economia brasileira, atentando inclusive para a necessidade de entendimento dos aspectos que contribuem para a construção dos mesmos.

Outro achado relevante identificado são as fórmulas utilizadas para cálculo do Produto Interno Bruto, uma vez que podem ser consideradas tantas as informações sobre a produção e ou a demanda do mercado, o que demonstra as possibilidades de levantamento das informações e a utilização dos dados identificados.

Em relação à inadimplência no país foi possível identificar que a taxa deste quesito se mostra relevante para avaliar tanto o consumo quanto o endividamento da população, pontos estes que interferem diretamente no crescimento do PIB, o que foi apresentado como um outro achado comum a esta pesquisa.

No que tange a relação entre o crescimento do PIB brasileiro e a taxa de inadimplência anual foi notado que mesmo com a diminuição da inadimplência nem sempre há um crescimento do PIB associado, conforme o observado em 2014, uma vez que se observou pelos resultados apontados em sequência que os indivíduos optam pela quitação das dívidas o que não impacta diretamente no crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKIAMA, S. R. **Probabilidade de inadimplência de grandes empresas no sistema financeiro nacional**. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Universidade de São Paulo, 2008.

BARROS, G. S.; CASTRO, N. R. Produto interno bruto do agronegócio e a crise brasileira. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 15, n. 12, p. 156–162, 2017.

CARVALHO, Lucas Siqueira. Dívida brasileira e sua relação com a austeridade. **Revista Iniciativa Econômica**, v. 3, n. 1, 2017.

CATTANI, Yan Nonato; TUROLLA, Frederico. Nome positivo no SPC. **GV-executivo**, v. 17, n. 4, p. 49, 2018.

CHAVES, M. S. Educação financeira e inadimplência no Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 206, 2015.

CRISTINA, A. O PIB do agronegócio no estado de Minas Gerais : uma análise insumo-produto. **RESR**, v. 47, n. 4, p. 805–830, 2009.

DAROS, M.; PINTO, N. G. M. Inadimplência no Brasil: Uma Análise das Evidências Empíricas. **Revista de Administração IMED**, v. 7, n. 1, p. 208–229, 2017.

DEGENHART, L.; VOGT, M.; HEIN, N. Análise da relação do produto interno bruto dos municípios do estado de Santa Catarina com as demonstrações do valor adicionado. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 24, p. 125–141, 2014.

FREITAS, Rodrigo Rodrigues; JUNIOR, Ronaldo Bernardo; SEYDI, Lansana. Efeitos do crédito como variável da inadimplência, inflação e desemprego na economia brasileira. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 8, n. 1, p. 32-47, 2017.

IBGE. **Produto Interno Bruto - PIB**. Brasília. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 12 de set 2019.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2006**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2007**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2008**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2009**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2010**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2011**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2012**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2013**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2014**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2015**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais - Indicadores de Volume e Valores Correntes Nova Série 2016**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

IPEA. **Análise mostra trajetória do crédito.** Brasília. 2016. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29186>. Acesso em: 12 de set 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOURENÇO, G. M. O PIB do 2º trimestre e o retrato da estagnação econômica. **Revista Vitrine da Conjuntura**, v. 11, n. 7, 2018.

MARINS, J. T. M.; NEVES, MBE das. Inadimplência de Crédito e Ciclo Econômico: um exame da relação no mercado brasileiro de crédito corporativo. **Banco Central do Brasil**, n. 304, p. 1-30, 2013.

MORAIS, Leucivaldo Carneiro; CARNEIRO, Letícia Furtado Rodrigues; DE MATOS, Valério Gonçalves. Com o aumento do desemprego, número de inadimplentes continua crescendo no Brasil. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 2, n. 1, 2018.

NISHIKAWA, W. E. **Modelo de estresse macroeconômico da inadimplência para bancos de atacado.** 2014. 52f. Dissertação (Mestrado em Economia) Fundação Getúlio Vargas, 2014.

PÉRICO, A. E. **A relação entre as infraestruturas produtivas e o produto interno bruto (pib) das regiões brasileiras: uma análise por envoltória de dados.** 2009. 230f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade de São Paulo, 2009.

REIS, J. C.; ALVES, E. A. Crédito e inadimplência: o aumento do crédito e o índice de inadimplência no Brasil de 2005 a 2012 franca 2014. **Revista Eletrônica de Debates em Economia**, v. 3, n. 1, 2015.

SANTOS, G. D. V. **A produção doméstica de energia de fontes renováveis contribui para o aumento do produto interno bruto do Brasil?** 2017. 42f. Monografia (Bacharelado em Economia e Administração) INSPER, 2017.

SERASA. **Inadimplência atinge 63 milhões de consumidores em março e bate recorde histórico.** Brasília. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-atinge-63-milhoes-de-consumidores-em-marco-e-bate-recorde-historico-revela-serasa-experian>>. Acesso em: 12 de set 2019.

SILVA, G. J. C. da; MARTINS, H. E. de P.; NEDER, H. D. Investimentos em infraestrutura de transportes e desigualdades regionais no Brasil : uma análise dos impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) *. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 145, p. 840–863, 2016.

SILVA, N.; ZILBERMAN, E. **Restrições financeiras e o PIB per capita no Brasil.** Brasília: IPEA, 2018.

SPOHR, G.; FREITAS, C. A. de. Teste da Convergência do PIB Per capita da Agropecuária no Brasil entre 1980 e 2004. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 2, p. 341–638, 2011.

TIRYAKI, G. F. Ciclos de crédito, inadimplência e as flutuações econômicas no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 1, 2017.

ZANIBONI, N. C. **A inadimplência do sistema financeiro no brasil explicada por meio de fatores macroeconômicos**. 2013. 117f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade de São Paulo, 2013.